

CONTRATO CEDAE Nº 132/2019 (DPR)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE) e a **CARDPRESS SP -**
TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio da ASSESSORA DE GESTÃO DE PESSOAS CHEFE DA DPR, Sra. MICHELLE GONCALVES SIQUEIRA, e do DIRETOR PRESIDENTE, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **CARDPRESS SP - TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI**, sediada na Rua Martinho Lutero, 524, Jardim Campo Lindo, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.644.106/0001-11, neste ato por meio de seu titular, Sr. DAVIDSON SOARES PIMENTA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-07/100.041/2019**, mediante Dispensa de Licitação nº 011/2019 (DPR) com fundamento no art. 29, inciso II da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado, cláusulas e condições seguintes:

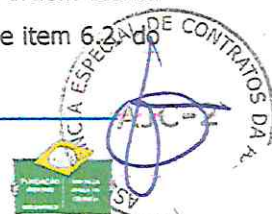
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a aquisição de **"CRACHÁS DO TIPO CARTÕES SMART CARD SEM CONTATO, PERSONALIZADOS, PARA UTILIZAÇÃO EM SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO NAS DEPENDÊNCIAS DA CEDAE"**, conforme Termo de Referência anexo e ato de aprovação exarado pela ASSESSORA DE GESTÃO DE PESSOAS CHEFE DA DPR, Sra. MICHELLE GONCALVES SIQUEIRA, autuado às fls. 316 do processo administrativo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os fornecimentos intermediários observarão o cronograma de desembolso de fls. 235 do processo administrativo de referência, e ocorrerão conforme demanda emitida em ordem escrita pela CEDAE, que deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, conforme item 6.2 do Termo de Referência anexo.



Parágrafo Segundo - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas descritas no Termo de Referência anexo:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**;
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual;
- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**; e
- J) responder pelo contrato na forma da lei.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento contínuo, pelo preço estimado de **R\$ 9.950,40 (nove mil novecentos e cinquenta reais)**, conforme demanda e preço unitário abaixo:

Descrição	Quantidades estimadas	Preço unitário	total
P079 – Cartão Mifare Classic 1k – personalizado (NCM 39269090) com 04 remessas incluídas.	2.000	R\$ 4,60	R\$ 9.200,00
Remessas extraordinárias	Máximo de 14	R\$ 53,60	R\$ 750,40

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Segundo - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016

Conta Orçamentária: 411110201

Fonte de Recursos: 10

Código Orçamentário: 33903005

Centro de Custos: DH00000000

ID da Reserva Orçamentária: 201900896

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados de cada recebimento provisório previsto na cláusula décima quarta, conforme cronograma financeiro inserido à fls. 233 do processo administrativo de referência.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais

cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Quarto - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) **impedirá o seu recebimento provisório**, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

Parágrafo Quinto - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRABESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Único – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGPM, iniciando-se a contagem deste prazo a partir da proposta (Io), conforme a expressão matemática a seguir.

$$R = Po \left[\frac{I - Io}{Io} \right]$$

R = Valor do reajustamento
Po = Preço Contratual

I = IGPM correspondente ao mês do reajustamento
Io = IGPM correspondente ao mês da proposta.

- a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.
- b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à medição dos serviços/obra.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Segundo - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da CONTRATADA dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

Parágrafo Terceiro - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Quarto - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da proposta (Io).

Parágrafo Quinto - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Sexto - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima sétima, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima sétima, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL



A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III – decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

Parágrafo Primeiro - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

Parágrafo Segundo - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

Parágrafo Terceiro - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

Parágrafo Quarto - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

Parágrafo Quinto - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS “E” nº 14.693/2017.

Parágrafo Sexto - No caso de aquisição de alimentos ou de gêneros perecíveis o procedimento acima poderá substituído pela emissão de simples recibo, conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e art. 187, inciso I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC).

Parágrafo Sétimo - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS “E” nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

Parágrafo Primeiro- Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

Parágrafo Segundo – Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

Parágrafo Quarto - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço "E" n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a

responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2019.


Pela **CEDAE**:


MICHELLE GONCALVES SIQUEIRA
ASSESSORA DE GESTÃO DE PESSOAS CHEFE
DA DPR,


HELIO CABRAL MOREIRA
DIRETOR PRESIDENTE



Pela **CONTRATADA**:


DAVIDSON SOARES PIMENTA
Titular

TESTEMUNHAS:

1) Dayane Cristine da Silva

2) _____

Ref. Contr-CADPRESS-aquisição-crachas-DL-011-2019-DPR



ANEXO**TERMO DE REFERÊNCIA**

"AQUISIÇÃO DE CRACHÁS DO TIPO CARTÕES SMART CARD SEM CONTATO, PERSONALIZADOS, PARA UTILIZAÇÃO EM SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO NAS DEPENDÊNCIAS DA CEDAE".

1 – OBJETO

Aquisição de crachás do tipo smart card sem contato, personalizados, para utilização em sistema informatizado de controle de acesso e ponto eletrônico nas dependências da CEDAE.

2 - JUSTIFICATIVA

A presente confecção tem por finalidade a substituição de crachás que tenham sido perdidos, danificados ou que apresentem problemas pela exaustão de sua vida útil, assim como a emissão de novos crachás, garantindo dessa forma a manutenção e segurança no controle do acesso e do ponto nas dependências da CEDAE.

3 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	CÓD. IFS	NOMENCLATURA	UNID.	QUANT.
01	2116050002	AQUISIÇÃO DE CRACHÁS PERSONALIZADOS	UN.	2.000

A medida dos cartões é 54 mm x 86 mm, para layout com borda a área a ser impressa é 51 mm x 83 mm.

■ pantone 2945 C ■ pantone 7409 C
 ■ pantone 376 C ■ pantone 320 C
 ■ pantone 201 C



3.1- ARQUIVOS PARA PERSONALIZAÇÃO E LAYOUT

Os crachás serão produzidos com base nos arquivos digitais fornecidos pela CEDAE, onde constarão os dados de cada cartão, logomarca, fotos e texto, bem como os layouts da arte para personalização colorida de sua frente e verso em resolução de 300 pontos por polegada, conforme abaixo.

3.2- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

- Crachá em Cartão Smart Card de proximidade Smart Card em PVC laminado, conforme norma ISO 14443;
- Crachá em PVC branco, alcance de leitura aproximado de 10 cm;
- Largura: 85,47 A 85,72 mm;
- Comprimento: 53,92 A 54,80 mm;
- Espessura: 0,78 A 0,82 mm;
- Chip: Standard (PHILIPS MF 1 IC S50);
- Memória EPROM de 1 KB;
- Multiplicação: 16 setores independentes na memória total;
- Tempo de retenção: 10 anos;
- Ciclos escrita/leitura: 100.000 vezes;
- Frequência de Operação: 13,56 MhZ;

- Tempo de transação: igual ou menor a 100 ms;
- Velocidade de comunicação, mínimo de 100 kBAUD;
- Temperatura de operação: -25 A 70 °C;
- Segurança: número de série único de 32 BITS;
- Criptografia com autenticação mútua conforme ISO 9798-2.

4 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

Menor preço unitário

5 - TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

5.2. () AQUISIÇÃO:

5.2.1. () forma de fornecimento integral; () forma de fornecimento parcelada; ou
(X) forma de fornecimento contínua

5 – CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

6.1 - Esta Compra Direta é destinada exclusivamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME e EPP, assim como ao empresário individual e às cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em conformidade com o que estabelece o Inciso IV, do Artigo 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterado pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

7 – PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

6.1 – O prazo contratual para fornecimento do produto será de 12 MESES;

6.2 – O prazo máximo para entrega do produto após requisição formulada pela CEDAE é de 5 dias úteis;

6.3 – As requisições serão formalizadas por e-mail ao qual estará anexado o arquivo contendo as informações necessárias a produção dos cartões smart card;

6.4 – As requisições serão efetuadas conforme as necessidades da CEDAE e não haverá limites mensal de quantidades de requisições ou de número de cartões por requisição até o limite contratado .

8 - LOCAL DE ENTREGA

7.1 - A empresa contratada deverá enviar os cartões requisitados à Avenida Presidente Vargas, nº 2655/3º andar – Cidade Nova – Rio de Janeiro, CEP: 20.210-030 na Gerência de Administração de Pessoas da CEDAE, em dias úteis locais, no período de 9h às 17 h.

9- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 – Conforme Ordem de Serviço “E” nº 14.693 de 23 de maio de 2017 item 1.2.7- Dispensa Aceitação Provisória, a mesma será feita através de recibo.

10 – PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO

9.1 – Os cartões fornecidos terão garantia contra qualquer defeito de fabricação pelo período de 12 meses a partir da requisição, durante o qual a empresa contratada substituirá, sem ônus para esta CEDAE, os cartões que vierem a apresentar defeitos em um prazo máximo de 5 dias úteis após notificada;

9.2 – Os cartões defeituosos estarão disponíveis para serem periciados pela contratada durante o prazo contratual e até 30 dias após o encerramento do contrato;

9.3 – Todos os produtos fornecidos deverão ser novos, satisfazendo rigorosamente as normas e especificações técnicas exigidas;

9.4 – As requisições serão efetuadas conforme as necessidades da CEDAE e não haverá limites de quantidades de requisições ou de número de cartões por requisição.

11 - FORMA DE PAGAMENTO

10.1 – O pagamento será realizado de forma parcelada, em tantas parcelas quantas forem as entregas, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1 – A empresa fica obrigada a emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, para que seja autorizado o pagamento dos valores estabelecidos para o objeto desta compra direta, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria Municipal de Fazenda.

11.2 – Considerando que a CEDAE enquanto tomadora do serviço, está localizada no Município do Rio de Janeiro, para fins de participação no certame, o proponente que NÃO estiver localizado no Município do Rio de Janeiro, que emite documento fiscal autorizado por outro município deverá obrigatoriamente fornecer informações à Secretaria Municipal de Fazenda – SMF do Município do Rio de Janeiro, para que seja inscrito no CEPOM, conforme disposto no art. 14-A da Lei nº 691 de 24/12/1984, introduzido pela Lei nº 4.452, de 27/12/2006.

12 - APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

12.1 – A empresa vencedora do certame deverá apresentar, juntamente com os documentos técnicos que comprovem que o produto a ser fornecido atende as especificações aqui exigidas, 2 exemplares do cartão tipo smart card, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis após o recebimento de arquivo contendo os dados para a sua produção, a fim de que sejam verificadas a qualidade do produto e sua funcionalidade.

13 – VISITA TÉCNICA

É facultado à CONTRATADA a realização de visita técnica com indicação do nome e da forma de contato (e-mail e telefone) de dois funcionários da CEDAE afetos à Área Técnica Demandante que

serão responsáveis pelo agendamento e realização da visita.

14- ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

14.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1.1) Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;

14.1.2) A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado no item 14.4, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

14.1.3) As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços – ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

14.1.4) A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

14.2 - DO ESCOPO DO SERVIÇO

14.2.1) Descrição do Serviço:

Confecção de crachás do tipo smart card sem contato, personalizados, para utilização em sistema informatizado de controle de acesso e ponto eletrônico nas dependências da CEDAE

14.2.2) Objetivos:

A presente confecção tem por finalidade a substituição de crachás que tenham sido perdidos, danificados ou que apresentem problemas pela exaustão de sua vida útil, assim como a emissão de novos crachás, garantindo dessa forma a manutenção e segurança no controle do acesso e do ponto nas dependências da CEDAE.

14.2.3) Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

A fiscalização a ser realizada será mensal, com geração de relatórios, que serão fornecidos a contratada, mediante sua solicitação. As medições serão realizadas através de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que serão preenchidos pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da Cia.

14.2.4) Comunicação:

As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através do e-mail pontoeletronico@cedae.com.br e do telefone (21) 2332-3103, bem como através de protocolos realizados na sede da contratante, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ. A contratada deverá fornecer idênticos meios de contato à contratante, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

14.3 - DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO

14.3.1) Da fiscalização do contrato

14.3.1.1) O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.

14.3.1.2) Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

14.3.1.3) A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

14.3.1.4) Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;

14.3.1.5) O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

14.3.1.5.1) O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;

14.3.1.5.2) A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.

14.3.1.5.3) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo órgão ou entidade.

14.3.1.6) Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

14.3.1.7) A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.

14.3.1.8) O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.

14.3.1.9) Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

14.4 - DOS INDICADORES DO NÍVEL DO SERVIÇO PRESTADO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - (IMR)

INDICADOR 1	Com relação à requisição de segunda via de crachá, deverão ser observados pela CONTRATADA, para AVALIAÇÃO, relativa à prestação de serviços, os seguintes itens
Metas a Cumprir	Atendimento ao solicitado em até 05 dias úteis para entrega do objeto no endereço firmado em cláusula 7 deste Termo de Referência.
Critério de Medição	Tempo decorrido entre a abertura da solicitação e o recebimento do objeto
Forma de acompanhamento	Através de Relatório emitido pela CONTRATADA e/ou comprovante de recebimento do objeto
Periodicidade	MENSAL ou sempre que houver solicitação de pedido de 2ª. Via de crachá
Mecanismo de cálculo	Cada solicitação será registrada e valorada Individualmente.
Critérios de pontuação do Indicador	Tempo de Até: (dias úteis) 05 dias → 0 ponto 05 dias (exclusive) e 10 dias (inclusive) → 3 pontos 10 dias (exclusive) e 15 dias (inclusive) → 6 pontos 15 dias → 8 pontos
INDICADOR 2	Com relação à segunda via de crachá, deverão ser observados pela CONTRATADA, para AVALIAÇÃO, relativa à prestação de serviços, os seguintes itens
Metas a Cumprir	Os produtos fornecidos deverão ser novos, satisfazendo rigorosamente as normas e especificações técnicas exigidas;
Critério de Medição	Avaliação inicial dos Fiscais de Contrato com as amostras aprovadas dentro do prazo estabelecido pela CONTRATADA
Forma de acompanhamento	Através de Relatório emitido pela CONTRATADA
Periodicidade:	Sempre que houver solicitação de pedido de 2ª. Via de crachá
Mecanismo de cálculo	Cada solicitação recebida e devolvida será registrada e valorada Individualmente
Critérios de pontuação do Indicador	Tempo de Até: (dias úteis após devolução) 05 dias → 0 ponto 05 dias (exclusive) e 08 dias (inclusive) → 3 pontos 08 dias (exclusive) e 10 dias (inclusive) → 7 pontos 15 dias → 9 pontos

14.5 - DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

14.5.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

Pontuação Ajuste no pagamento

- 02 pontos Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
- 03 pontos Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
- 04 pontos Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
- 05 pontos Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
- 06 pontos Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal

07 pontos Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal

ATO DE 17/12/2019 - D.O. DE 18/12/2019 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-170026/000090/2020, fica retificado para LUIZ SILVA DOS SANTOS, o nome do servidor a quem se refere o presente Ato de nomeação para exercer cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras, mantidos os demais termos.

ATO DE 08/01/2020 - D.O. DE 09/01/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-07002/000005/2020, fica retificado para 10 de janeiro de 2020, a validade da nomeação de GISELE DORNELLES PIRES a quem se refere o presente Ato para exercer cargo em comissão da estrutura da INEA, da Secretaria de Estado do Ambiente, mantidos os demais termos.

ATO DE 10/01/2020 - D.O. DE 13/01/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-10218/000005/2020, fica retificado para 27/155072, o ID Funcional da servidora ROSANGELA SARAIVA PINTO, a quem se refere o presente Ato de nomeação para o cargo em comissão da estrutura da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro - CEPERJ, da Secretaria de Estado de Casa Civil e Governança.

ATO DE 13/01/2020 - D.O. DE 14/01/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-07002/000355/2019, fica retificado para 14 de janeiro de 2020, a validade da exoneração de MANOELA DE ALMEIDA CESAR SOALHEIRO, a quem se refere o presente Ato do cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, mantidos os demais termos.

ATO DE 13/01/2020 - D.O. DE 14/01/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-07002/000355/2019, fica retificado para 14 de janeiro de 2020, a validade da exoneração de RENATA FERREIRA RAMOS RIBEIRO LARANGEIRA, a quem se refere o presente Ato do cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, mantidos os demais termos.

ATO DE 13/01/2020 - D.O. DE 14/01/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-07002/000355/2019, fica retificado para 14 de janeiro de 2020, a validade da nomeação de EDUARDO DE ALMEIDA MELLO CARDOSO, a quem se refere o presente Ato para exercer o cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, mantidos os demais termos.

ATO DE 13/01/2020 - D.O. DE 14/01/2020 - Tendo em vista o que consta do Processo nº SEI-07002/000355/2019, fica retificado para 14 de janeiro de 2020, a validade da nomeação de UELITON FARIAS ALVES, a quem se refere o presente Ato para exercer o cargo em comissão da estrutura da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, mantidos os demais termos.

ATO DE 21/01/2020 - D.O. DE 22/01/2020 - Tendo em vista o que consta do processo nº SEI-320001/000041/2020, fica retificado para 5025331-0, o ID Funcional do servidor FERNANDO JOSE CERQUEIRA GOMES, a quem se refere o presente Ato de exoneração do cargo em comissão da estrutura da Controladoria Geral do Estado - CGE.

ID: 2233676

DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 23 DE JANEIRO DE 2020

PROCESSO Nº SEI-120001/000786/2020 - AUTORIZO a disposição do servidor ANDRÉ CAVALCANTE LUSTOSA CORDEIRO, RG nº 90.544, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Militar, para a Subsecretaria Militar do Gabinete de Segurança Institucional do Governo, e o retorno do 2º SGT PM MARCELO BARRETO DA SILVA, RG nº 66.735.

PROCESSO Nº SEI-120001/000677/2020 - AUTORIZO a disposição da servidora GISELE DE LIMA PEREIRA, ID Funcional nº 2958373-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Polícia Civil para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ/Gabinete do Presidente, nos termos do Decreto nº 41.637, de 11 de fevereiro de 2009.

ID: 2233660

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR-Nº 35 DE 23 DE JANEIRO 2020

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JEFFERSON WOLDAYNSKY para exercer o Cargo de Confiança de Assistente, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 23 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS

Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 36 DE 23 DE JANEIRO 2020

DESIGNA SERVIDOR NA FORMA QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/079/184/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar LUIZ CARLOS DOS SANTOS, ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA, mat. 1933, responsável pelo andamento do Fundo de Suprimento de Caixa para despesas imediatas de pronto pagamento inerentes às demandas originárias do Programa Mais Leitura da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 23 de janeiro de 2020

FRANCISCO VIEGAS

Diretor-Presidente

ID: 2233453

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 22/01/2020

PROCESSO Nº E-12/079/224/2020 - RATIFICO a presente dispensa de licitação, conforme especificada na Contratação de Serviço nº 02/2020 e ADJUDICADO o serviço, em favor da empresa ROTAPLAN GRAFICA E EDITORA LTDA, no valor total de R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais), com fulcro no artigo 29, II da Lei Federal nº 13.303/2016.

ID: 2233458

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA CEPERJ/PR Nº 8638 DE 22 DE JANEIRO DE 2020

DIVULGA ADITAMENTO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO E COMPOSIÇÃO DE CADASTRO DE PRESTADORES

DE SERVIÇOS EVENTUAIS, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, QUE SE TORNARÃO APTOS A SEREM CONVOCADOS PARA ATUAÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS ORGANIZADOS PELA FUNDAÇÃO CEPERJ.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 12, do Estatuto da Fundação CEPERJ, aprovado pelo Decreto nº 42.298, de 11 de fevereiro de 2010,

CONSIDERANDO:

- as competências estatutárias e regimentais da Fundação CEPERJ, promovidas através da Diretoria de Concursos e Processos Seletivos - DCPS, no tocante à realização de concursos públicos e processos seletivos para a administração pública direta, autárquica, fundacional e para empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado do Rio de Janeiro;

- as leis e demais ordenamentos jurídicos que regem as relações de trabalho entre a Fundação CEPERJ e prestadores de serviços exclusivamente relacionados à realização das provas dos concursos e processos seletivos organizados por esta Fundação;

- todos os princípios da Administração Pública, em especial a impessoalidade e a eficiência, nas contratações de prestadores de serviços, levando-se em conta também a transparência nos processos públicos;

- a necessidade de contratação de prestadores de serviços específicos para a realização de provas, em todas as suas etapas, inclusive capacitação prévia, em razão da quantidade necessária para a mobilização de todos os postos de trabalho não ser compatível com a quantidade de pessoas disponíveis;

- a Previsão do Concurso Público para o Município de Itaguaí no primeiro semestre de 2020, e a necessidade de prestadores de serviços eventuais que sejam residentes desta cidade e proximidades; e

- o constante dos autos do processo nº SEI-12/218/000006/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Aditamento do Edital de Chamada Pública para seleção e composição do cadastro de Prestadores de Serviços Eventuais, sem vínculo empregatício, que se tornarão aptos a serem convocados para atuação em concursos e processos seletivos organizados pela Fundação CEPERJ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REINALDO LOPES COSTA
Presidente

ID: 2233491

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 26/12/2019

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA e LEANDRO COUTO ROSA, Técnicos do Laboratório III, MARIO SERGIO RUAS MARTINS, Analista Qualidade D, JEAN CARLOS RANGEL PESENTI, Agente de Saneamento I, e RENATO CABRAL DE SIQUEIRA, Agente de Saneamento G, como Membros Titulares e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista Qualidade D, como Membro suplente, Gerente do Contrato MARGIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA", de que trata o Processo nº E-07/100.719/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.169-00/2019.

ID: 2233375

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 21/01/2020

DESIGNA ADAILTON ORCAI FIALHO, Agente de Saneamento I, como Membro Titular e THIAGO DE OLIVEIRA SALES POLITO, Analista Qualidade D, como Membro Suplente, Gerente do Contrato SERGIO CLAUDIO COUNAGO MARQUES, Analista Qualidade D, e ROSIANE DEVOPRE VENTURA DA SILVA, Analista Qualidade C, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE NO BREAK DE 15KVA - 220 V PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES ORGÂNICAS - GDGS-6", de que trata o Processo nº E-07/100.429/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.251-00/2020.

ID: 2233366

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 21/01/2020

DESIGNA AMAURY CARVALHO DE OLIVEIRA JUNIOR, Agente de Saneamento I, como Membro Titular e THIAGO DE OLIVEIRA SALES POLITO, Analista Qualidade D, como Membro Suplente, Gerente do Contrato SERGIO CLAUDIO COUNAGO MARQUES, Analista Qualidade D e ADAILTON ORCAI FIALHO, Agente de Saneamento I, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "AQUISIÇÃO DE ESTURDAS DE INCUBAÇÃO BACTERIOLOGICA - CAPACIDADE ENTRE 300 E 390 LITROS", de que trata o Processo nº E-07/100.358/2018, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.253-00/2020.

ID: 2233367

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 21/01/2020

DESIGNA JOSE ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS, Técnico Eletromecânico II, como Presidente, ANDRÉ BIANCHINI ANTONIO e JOSE VALTER DE LIMA, Agentes de Saneamento I, como Membros Titulares e ALEXANDRE DE ARAUJO MARQUES, Agente de Saneamento I, como Membro Suplente, Gerente do Contrato JOSE RIBAMAR GOMES DE SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento I, e JORGE ALCI FERREIRA RODRIGUES, Agente Administrativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos "IMPLANTAÇÃO DE TRAVESSIA DE ADUTORA PARA AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE BOA ESPERANÇA E PARQUE ANDRÉA, LOCALIZADA NO KM 281+500M DA BR-101/RJ, NO MUNICÍPIO DE RIO BONITO", de que trata o Processo nº E-07/100.636/2017, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.569-01/2019. Revoga O.S. P/FIS nº 23.569-00/2019.

ID: 2233365

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 22/01/2020

DESIGNA GUARACINEA GOMES DE MATOS SILVA, Agente Administrativo E, como Presidente, DELCIO TEIXEIRA GUEDES, Agente Administrativo E, e MARCOS DE SOUZA VZ, Chefe de Departamento, como Membros Titulares e EDGAR GUIMARAES DAMAZIO, Agente Administrativo E, como Membro Suplente, Gerente do Contrato MARGIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico Contabilidade II, e ALESSANDRO DA CUNHA MOREIRA, Agente Administrativo F, como Suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CRACHÁS DO TIPO CARTÕES SMART CARD SEM CONTATO, PERSONALIZADOS, PARA UTILIZAÇÃO NO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO NAS DEPENDÊNCIAS DA CEDAT", de que trata o Processo nº E-07/100.041/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 27.256-00/2020.

ID: 2233464

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DE 05/12/2019

*PROCESSO Nº E-07/100.573/2017 - HOMOLOGO a licitação por Concorrência Nacional CN nº 01/2018, realizada em 1ª sessão 29/10/2019 e 2ª sessão 07/11/2019.

*Omitido no D.O. de 05/12/2019.

ID: 2233463

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DO SECRETÁRIO DE 22/01/2020

REMOVE ANGELA REGINA CARVALHAES DE PINHO, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 1947197-0, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado da Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, para Superintendência de Automação da Fiscalização e do Atendimento, da Subsecretaria de Estado da Receita, da mesma Secretaria. Processo nº SEI-04/196/000689/2019.

ID: 2233400

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ATO DO GESTOR, DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO

PORTARIA CONJUNTA FAF/SECCG SEI Nº 01
DE 15 DE JANEIRO DE 2020

ATO DO GESTOR, DO SECRETÁRIO E DO SUBSECRETÁRIO

DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ESPECIFICADA.

O GESTOR DO FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, REUBEN DA CUNHA ROCHA, O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, ANDRÉ LUIS DANTAS FERREIRA E O SUBSECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, GABRIEL NUNES AQUINO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto nº 46.938, de 07 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a Execução Provisória da Lei Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2020, o Decreto nº 46.550, de 01 de janeiro de 2019, que Estabelece Diretrizes da Política de Comunicação Social e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, conforme Processo Administrativo nº SEI-040172/000011/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Descentralizar a execução de crédito orçamentário na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: Publicação de Matéria Legal de interesse da Secretaria de Estado da Fazenda

II - VIGÊNCIA: Data de início: 01/01/2020 - Data do término: 31/01/2020

III - De/Concedente: 2061 - Fundo Especial de Administração Fazendária

UG: 2061 - Fundo Especial de Administração Fazendária

IV - PARA/Executante: 2100 - Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

UG: 2100 - Subsecretaria de Comunicação Social da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

UG: 390200 - Subsecretaria de Comunicação Social - SECOM/DESCENTRALIZAÇÃO

V - CRÉDITO:

PT: 2001.04.123.0002.2453 - Apoio ao Programa de Modernização da SEFAZ

Natureza da Despesa: 3.3.90.39

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.333,33 (três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Art. 2º - O executante se obriga a cumprir integralmente o que orienta o art. 10 do Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010 e o artigo 4º da Instrução Normativa AGE nº 24, de 10 de setembro de 2013, no prazo de 100 (cento e oitenta) dias a contar do término da vigência desta Portaria, bem como apresentar à Concedente cópia, junto com a Prestação de Contas.

Parágrafo Único - Fica vedada a emissão de novas notas de crédito no SIAFE-RIO em favor do executante sem o atendimento da obrigação constante do caput deste artigo.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2020

REUBEN DA CUNHA ROCHA
Gestor do Fundo Especial de Administração
Fazendária do Estado do Rio de Janeiro

ANDRÉ LUIS DANTAS FERREIRA
Secretário de Estado da Casa Civil e Governança

GABRIEL NUNES AQUINO
Subsecretário de Comunicação Social
da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ID: 2233416

SUBSECRETARIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL DE 02/01/2020

*PROCESSO Nº E-04/172/89/2018 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, em favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com base no artigo 25. Caput da Lei nº 8.666/93.

*Omitido no D.O. de 03/01/2020.

ID: 2233571

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO DA SUPERINTENDÊNCIA DE 23/01/2020

REMOVE, a pedido, EDISON CORREIA DE MELO, Agente de Fazenda 1ª Categoria, identidade funcional nº 1948521-1, da COAPES - da Coordenadoria de Administração de Pessoal, da Superintendência de Recursos Humanos, da Subsecretaria Geral de Estado de Fazenda, Secretaria de Estado de Fazenda, para Auditoria-Fiscal Regional Cabo Frio, da Coordenadoria das Auditorias Fiscais Regionais, da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Receita, da mesma Secretaria. Processo nº SEI-04/196/000002/2020.

ID: 2233478

PEDRO FERNANDES FREIRE
FERNANDO FILIPE VINICIGUERRA LEITE DA SILVA
LUCIANE POSSIDENTE MAIA
LAIS ANDRADE SANTOS
RAFAELA CARVALHO DE CASTRO
LENISE CONCEIÇÃO DE SOUSA
THALES VARADY BAETA
LEONARDO RIBEIRO MACHADO

11ª PR - ITAPERUNA
PAULO VITOR SOUZA FONTES

Art. 2º - As designações dos candidatos para as vagas existentes objetivam atender às necessidades da Procuradoria Geral do Estado. A não-apresentação dos documentos exigidos para a admissão, a recusa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pela Escola Superior de Advocacia Pública tornará sem efeito a admissão.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2020

RODRIGO BORGES VALADÃO
Diretor-Geral

Id: 2233467

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 011/2020. PARTES: DETRAN/RJ e Anel's Serviços Técnicos Eireli. OBJETO: Reconhecimento pelo DETRAN/RJ, da prestação dos serviços de atendimento ao público no âmbito da Diretoria de Identificação Civil, ocorridos no período de 01 a 30 de novembro de 2019, sem a devida cobertura contratual, em condições satisfatórias e de boa-fé, conforme indicado na Nota Fiscal nº 50928, emitida em 17/12/2019. VALOR TOTAL: R\$ 2.051.193,45 (dois milhões, cinquenta e um mil cento e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos). DATA DA ASSINATURA: 22/01/2020. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Arts. 59 e 60, Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.666/93. Lei Estadual nº 287/79 e Decreto nº 3.143/90. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-16/042/003619/2019. Id: 2233671

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

ADITAMENTO Nº 01/2020 DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - CEPERJ PARA SELEÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS EVENTUAIS, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, PARA COMPOR CADASTRO PARA ATUAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO.

A FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO - CEPERJ, por meio do seu Presidente, Ronaldo Lopes Costa, torna público o presente Aditamento do Edital de Chamada Pública 02/2019, convidando a inscreverem-se todos que tenham interesse em atuar, eventualmente, em funções discriminadas no Edital supracitado, em razão do concurso público para a Prefeitura de Itaguaí que está prevista para o primeiro semestre deste ano, de acordo com diretrizes fixadas pela instituição.

De acordo com as regras previstas neste Aditamento, altera-se parte do conteúdo constante do Item 2 e o Cronograma que consta no Anexo I do Edital, conforme segue:

ANEXO I

CRONOGRAMA

ETAPAS	PERÍODO
Inscrições	03 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2020
Resultado final	05 de março de 2020

Id: 2233492

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 132/2019 (DPR). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CARDPRESS SP - TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI. OBJETO: "CRACHÁS DO TIPO CARTÕES SMART CARD SEM CONTATO, PERSONALIZADOS, PARA UTILIZAÇÃO EM SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE DE ACESSO E PONTO ELETRÔNICO NAS DEPENDÊNCIAS DA CEDAE". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 9.950,40 (nove mil novecentos e cinquenta reais e quarenta centavos). DATA DE ASSINATURA: 18/12/2019. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.041/2019 (Dispensa de Licitação 011/2019 - DPR). Id: 2233465

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 007/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a BAUMINAS QUÍMICA NNE LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS QUANDU E TAQUARA. Lote I. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais). DATA DE ASSINATURA: 16/01/2020. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.719/2018 (Pregão Eletrônico nº 662/2019). Id: 2233376

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 009/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a QUIMREAL - REAL INDUSTRIA QUÍMICA LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS QUANDU E TAQUARA. Lote III. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 15.805.700,00 (quinze milhões, oitocentos e cinco mil e setecentos reais). DATA DE ASSINATURA: 16/01/2020. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.719/2018 (Pregão Eletrônico nº 662/2019). Id: 2233377

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 008/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a SUALL INDUSTRIA COMÉRCIO LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS QUANDU E TAQUARA. Lote II. PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 17.990.000,00 (dezoisete milhões, novecentos e noventa mil reais). DATA DE ASSINATURA: 16/01/2020. FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.719/2018 (Pregão Eletrônico nº 662/2019). Id: 2233378

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

CONTRATO CEDAE nº 012/2016 (DT) - Processo nº E-17/100.371/2014. Partes: Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE e CONSORCIO COLLET - PB, formado pelas Empresas COLLETE SONS SA - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA E PB CONSTRUÇÕES LTDA. Decisão: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, por meio de seu Diretor-Presidente, DECIDE pela aplicação das sanções administrativas em face do CONSORCIO COLLET - PB, formado pelas Empresas COLLETE SONS SA - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA E PB CONSTRUÇÕES LTDA, nos termos a seguir: Rescisão Unilateral do Contrato CEDAE nº 012/2016 (DT), nos termos da Décima Quinta Cláusula Contratual, item 15.1, em conformidade com o art. 78 da Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento de cláusulas contratuais, e item 15.1.1, em conformidade com o art. 79, inciso I da Lei nº 8.666/93. Aplicação da Multa rescisória de 10 (dez por cento), calculada sobre o valor do Contrato, nos termos da Décima Quinta Cláusula Contratual, item 14.3, alínea a, em conformidade com o art. 87, inciso II da Lei nº 8.666/93. A Suspensão da Participação em Licitação e Impedimento de Contratação com a Administração Pública Direta e Indireta pelo prazo de 02 (dois) anos, em conformidade com art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93. Determina-se neste ato, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de Recurso. Id: 2233466

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 007/2019. OBJETO: "RECUPERAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE TRINDADE/QUEROSENE NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO".

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que será realizada em 10/02/2020 fica adiada "sine die". Id: 2233439

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 608/2020 - ADPR-31. OBJETO: "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS DE SUÇÃO, ASPIRAÇÃO E HIDROJATEAMENTO DE ALTA PRESSÃO, NAS ELEVATÓRIAS E ETES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO E BAIADA FLUMINENSE CONTEMPLANDO AS GERÊNCIAS GDG-10 E GDG-11, LOTES I E II". DATA DA ETAPA DE LANCES: 05/02/2020 - HORÁRIO: 11:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cdpas.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permissão de duas cópias de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Torre/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3837 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h. Id: 2233438

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 02/01/2020
PÁGINA 28 - 1ª COLUNA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato Emergencial nº 010/2019.

Onde se lê:
DATA DA ASSINATURA: 07/01/2019.
Leia-se:
DATA DA ASSINATURA: 07/01/2020.

Id: 2233496

Secretaria de Estado de Fazenda

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 040/2019. PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA e a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. OBJETO: A Transferência de Bens Móveis, doravante designado simplesmente OBJETO DA TRANSFERÊNCIA, que vinha sendo administrado pelo TRANSMITENTE, na forma do art. 164, da Lei Estadual nº 287, de 1979, com troca de posse e responsabilidade, em caráter permanente, neste ato. DATA DA ASSINATURA: 23/01/2020. FUNDAMENTO: Lei nº 287/1979. PROCESSO Nº SEI-03/001/019899/2019. Id: 2233482

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA DE SEGURIDADE

EDITAIS

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA convoca o beneficiário MIGUEL PLÍNIO RIVELLO TELLES, portador do ID 32441975, a comparecer a uma agência/posto do RIOPREVIDÊNCIA mediante prévia agendamento para tomar ciência do processo e apresentar defesa, se houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital. O não comparecimento acarretará na suspensão automática do benefício. PROC. Nº E-01/722475/1993 - REGINA CELIA SANTOS RIVELLO TELLES.

O FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOPREVIDÊNCIA convoca a beneficiária REGINA COELI DA COSTA PAULA, portadora do ID 20397836, a comparecer a uma agência/posto do RIOPREVIDÊNCIA mediante prévia agendamento para tomar ciência do processo e apresentar defesa, se houver, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste Edital. O não comparecimento acarretará na suspensão automática do benefício. PROC. Nº E-01/729722/1996 - SYRTE DA COSTA PAULA. Id: 2233445

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

A FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJPREV informa às instituições financeiras interessadas que o procedimento para a seleção e o credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a operar com a Fundação para receberem aplicações financeiras, conforme Portaria RJPREV/PRE nº 03, de 13 de fevereiro de 2017, terá início 30 dias após a data de publicação deste Edital.

O credenciamento refere-se aos 12 meses subsequentes ao início do procedimento para seleção, que ocorrerá por meio de plataforma eletrônica, onde os fundos de investimentos serão analisados nos termos da referida portaria, não sendo necessária a apresentação de propostas por parte das instituições financeiras.

As instituições financeiras candidatas com fundos de investimentos habilitados nos termos do artigo 15 da referida portaria serão convocadas ao credenciamento, oportunidade na qual deverão apresentar os documentos que comprovem o atendimento aos pré-requisitos dispostos na portaria e realizar seu cadastramento junto a RJPREV.

Os documentos referentes ao cadastramento e comprovação dos requisitos mínimos devem ser encaminhados para a sede da RJPREV (Av. Erasmo Braga, 118 - 7º andar - Ala Direita - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20020-000) no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da convocação, nos termos da citada portaria.

Mais informações podem ser encontradas no site da internet: <http://www.rjprev.rj.gov.br/investimentos.asp> Id: 2233592

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

A AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO comunica aos interessados, bem como ao Presidente da CEDAE, Sr. Hélio Cabral Moreira, ao Superintendente da Concessionária Águas de Juturnaíba, Sr. Carlos Alberto Vieira Gonjo, ao Diretor Presidente da Concessionária Protagos, Sr. Sérgio Antonio da Silva Braga e a Presidente das Concessionárias CEG e CEG RJ, Sra. Kátia Brito Rappold, as datas abaixo para a realização dos Sessões Regulatórias do Conselho Diretor do mês de fevereiro de 2020, no Auditório da AGENSERA, na Avenida Treze de Maio, 23 - Edifício Darke - 23º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ.

FEVEREIRO/2020	
SESSÃO REGULATÓRIA EXTRAORDINÁRIA	07 (sexta-feira) - 11h
SESSÃO REGULATÓRIA ORDINÁRIA	18 (terça-feira) - 10h

Id: 2232512

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 01/2019. PARTES: Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANS e a Empresa Chada Comércio e serviços LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 21/01/2020. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 65.514,92 (sessenta e cinco mil seiscentos e quatorze reais e noventa e dois centavos). DATA DA ASSINATURA: 17/01/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO Nº E-12/004.135/2018. Id: 2233466

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

CANCELA a matrícula do Leiloeiro Público DENNIS SALTZTRAGER BENZECRY (nº 200), por motivo de destituição, conforme consta do